

26 AGO 1988

880109V  
ANC  
P11

## Às vezes, os governos dizem a verdade

Ricardo Noblat

**H**á que se alimentar, sempre, um sentimento de profundo ceticismo em relação ao que dizem e ao que fazem os governos — o nosso, atual, ou os de qualquer outra parte. Todos os governos mentem e, boa parte das vezes, erram. O que os diferencia é que alguns governos mentem e erram mais do que outros. Lembrem-se de que vivemos sob um governo que já anunciou que era proibido gastar — e continuou gastando mais do que podia.



Foi o mesmo governo que proclamou o fim da inflação — e ela, contudo, ressurgiu e ultrapassou a casa dos 20% mensais. No primeiro semestre do corrente ano, o governo congelou por dois meses a URP do funcionalismo público alegando absoluta falta de dinheiro. Comprometeu-se a só devolvê-la a partir de janeiro próximo. Por causa de greves e de atos de desobediência interna, já começou a devolver a URP.

“Estamos com uma certa folga de caixa”, desculpou-se um dos ministros da área econômica. “A devolução antecipada é possível porque economizamos mais do que esperávamos”. Os governos têm sempre uma justificativa, aparentemente hábil, para todos os seus gestos. Gratifica-se quem encontrar mais de um que tenha como norma de conduta a admissão pública dos seus próprios erros. Não se encontra um.

Feitas, portanto, as ressalvas obrigatórias, é possível que dessa vez, no que se refere ao debate em torno do novo orçamento da União, o governo esteja, de fato, dizendo a verdade. É possível. Quem sabe? Talvez. Há técnicos sérios e competentes no âmbito dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Nem mesmo a oposição mais radical dentro do Congresso lança dúvidas sobre a seriedade dos ministros Mailson e João Batista.

Os técnicos se ocupam em provar, na ponta do lápis, que os cortes de despesas do governo federal embutidos na proposta do orçamento para 1989 correspondem, exatamente, às perdas que a União sofrerá com a nova partilha de recursos aviada pela futura Constituição. Não teria sido cortado nem um tostão a mais. Salvo contestar a Constituição que se elabora, o governo não teria outra coisa a fazer, senão, acatá-la.

É o que os ministros da Fazenda e do Planejamento sugerem que seja feito. De resto, é o que o presidente da República jura que fará. O barulho que envolve a discussão do novo orçamento

prova que poucas foram as autoridades que entenderam, até agora, a extensão da reforma tributária aprovada na Constituinte. Provará também, e mais adiante, que nem mesmo senadores e deputados ainda se deram conta do que fizeram.

Governadores e prefeitos não têm porque reclamar da cirurgia aplicada nas despesas da administração federal. O que a nova Constituição transferirá para estados e municípios em caráter automático é bem mais do que o que a União transferiu até este ano em caráter voluntário. A proposta orçamentária não contempla o repasse de nenhum encargo novo para estados e municípios por conta do repasse de mais recursos.

A União, por exemplo, administra o metrô de São Paulo. Para felicidade geral do governador e dos prefeitos paulistas, o estado disporá de mais recursos tão logo a futura Constituição seja promulgada. A União poderia aproveitar o momento para livrar-se da administração do metrô. Não o fará. Por que não? Porque para que isso se tornasse viável, seria necessário que o estado concordasse em herdar as despesas com o metrô.

Perguntem se o governador Orestes Quéricia está disposto a topar isso. Como ficaria, a partir de então, seu plano de obras ambiciosas? Como ficaria o dispendioso e desnecessário memorial à América Latina que Quéricia está construindo às pressas? Os ministros, estes sim, têm motivos para se queixar. Motivos, têm — o que lhes falta é razão. Boa parte dos ministérios opera, apenas, repassando recursos para os estados.

A operação teve uma característica discricionária até agora — depois da nova Constituição, não terá mais. O ministro Prisco Viana pôde, até hoje, decidir entre dar mais dinheiro a um ou a outro governo. A Bahia, deu muito pouco. Deu muito aos governos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Não deu nada, ou quase nada, ao governo de Alagoas. O ministro não poderá continuar agindo assim.

Na verdade, é até provável que a ele não interesse mais continuar ministro, pelo menos da pasta que hoje ocupa. Não foi a proposta orçamentária que esvaziou seu ministério — foi a Constituinte ao avaliar a reforma tributária que avalizou. Vai ser muito engraçado quando senadores e deputados descobrirem que aprovaram uma reforma que lhes retirará muitos dos poderes que hoje detêm.

Será reduzida a muito pouco a ação dos parlamentares de intermediarem verbas entre o governo federal, os estados e os municípios. Passarão, senadores e deputados, a comer na mão de governadores e de prefeitos. Os governadores do Nordeste e do Norte ainda não descobriram, por sua vez, que a partilha de recursos promovida pela Constituinte beneficiará, preferencialmente, as regiões mais desenvolvidas do país.

A nova Constituição é uma caixinha de surpresas.